

Relação Brasil — Colômbia

Jean-Michel Blanquer

Por muito tempo, o Brasil pôde viver (ou quase) como se os seus vizinhos não existissem. Sendo auto-suficiente e fixando o olhar em direção à Europa ou à América do Norte, o país tomou consciência de sua “sud-americanté” no início dos anos 80. A aproximação Argentina—Brasil foi então sinal de uma mudança radical de perspectiva e de nova filosofia de integração regional traduzida pelo Mercosul.

Desde então, a abertura do Brasil pareceu sinalizar em direção ao sul, tendência que favorece tanto a história como a geografia. A importância das relações com os países fronteiriços do norte, no entanto, tomou forma cada vez maior nos últimos tempos, tanto em razão da crise argentina quanto de múltiplos desafios que incluem a região amazônica. No mais, o fato de o Brasil se afirmar como o motor do continente sul-americano o obriga a não ficar indiferente a nenhum dos grandes problemas da região.

Nesse contexto, a relação com a Colômbia adquiriu dimensão estratégica para o futuro, muito além do que foi no passado a relação desses dois grandes países produtores de café, várias vezes rivais frente ao mercado internacional. Estruturalmente, essa relação é indispensável para a construção de uma entidade sul-americana integrada. A perspectiva foi mais bem delineada na recente conferência de Guayaquil, no Equador, entre os 12 chefes de Estado da região.

Da mesma forma que o Brasil é o coração do Mercosul, podemos afirmar que a Colômbia é a peça fundamental na Comunidade Andina das Nações (CAN). Isso pode ser pouco claro devido às dificuldades atuais da Colômbia, mas o fato é incontestável tanto pela situação geográfica do país quanto por sua demografia e riquezas.

Um dia, a Colômbia será uma potência

sub-regional. Mas isso depende da aceitação de que a idéia de integração sul-americana não pode realizar-se sem que seja por meio de reaproximação (e talvez um dia de uma fusão?) entre o Mercosul e a CAN. A aliança Brasil—Colômbia terá um peso fundamental no futuro, que deve estar próximo. Não vai tratar-se somente de uma aliança geopolítica, mas do esboço de políticas comuns em diferentes setores econômicos e sociais. Sabemos que, depois do encontro com o presidente Fernando Henrique Cardoso, em julho de 2002, o presidente eleito da Colômbia, Alvaro Uribe, insistiu sobre o plano de criação de vias de comunicação terrestre que deverá ter um impacto nas relações entre os dois países.

Em relação ao plano conjuntural, a crise colombiana demanda a reaproximação e parece surpreendente que os dois chefes de estado tenham abordado o problema. Os dois países têm mais de 1.600 quilômetros de fronteira comum. O Brasil pôde ficar vários anos distante dos problemas colombianos, como se as dificuldades de seu vizinho acontecessem em um outro continente, mas um país que afirma ser um líder regional, se ele deseja ser coerente, deve ter tal atitude. A dimensão amazonense do problema tornou-se mais e mais patente. Traficantes de drogas brasileiros estão em contato com os produtores colombianos e com os grupos violentos, entre os quais se encontram os militantes das Farc. O novo dispositivo de observação por satélite do que dispõe o Brasil permite atualmente saber com precisão o que notávamos há anos: a cultura e o tráfico instalando-se no território brasileiro.

Numa tentativa de combate, o Brasil começou a implementar novas políticas militares e diplomáticas. Sob o ângulo militar, a resposta é ortodoxa. Após um seminário realizado em meados de agosto com seus ho-

mólogos peruano e equatoriano, o ministro da Justiça brasileiro, Geraldo Magela da Cruz Quintão, expressou toda a inquietude do país em relação à degradação do conflito colombiano e suas conseqüências para os países vizinhos. A extensão das práticas violentas, da economia ilegal, assim como a chegada em massa de refugiados são fenômenos que desestabilizam o Equador. O Brasil tem todo o interesse de prevenir-se contra isso mediante uma presença militar eficaz.

Na esfera diplomática, o Brasil se caracteriza pela rejeição a toda idéia de intervenção militar estrangeira no território colombiano, assim como tem dúvidas a respeito do “Plano Colômbia”, cuja dimensão militar é financiada por mais de um bilhão de dólares pelos Estados Unidos. Apesar dos desmentidos oficiais, a maioria de outros países sul-americanos (com exceção da Venezuela) poderia estar pronta a fazer parte de um contingente de intervenção. Tal projeto poderá ser colocado em prática em 2004 caso se constitua a única porta de saída do governo colombiano, demasiadamente fraco militarmente para obter sucesso em sua política de luta contra os grupos violentos. Haveria nessa hipótese duas instâncias legítimas: a ONU e a América do Sul, se esse termo corresponde verdadeiramente a uma realidade política. Esse poderia ser o papel histórico da crise colombiana, que é o de provocar a necessidade de uma unidade política da América do Sul para enfrentar o desafio.

O Brasil será um ator internacional essencial na resolução do problema, que ocorre em meio à construção regional sul-americana da qual ele quer ser legitimamente o líder. É questão de coerência entre as ambições e o senso de responsabilidade.

JEAN-MICHEL BLANQUER É DIRETOR DO INSTITUT DES HAUTES ETUDES DE L'AMÉRIQUE LATINE (UNIVERSITÉ PARIS III-SORBONNE NOUVELLE)